

**HABEAS CORPUS Nº 544.317 - SP (2019/0334530-6)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : VAGNER CASTRO SOUZA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : FERNANDO MAXIMINO DE LIMA - SP353580**  
**VAGNER CASTRO SOUZA - SP393947**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : BRENO PEREIRA DA SILVA SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. PEDIDO PREJUDICADO.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de BRENO PEREIRA DA SILVA SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2140686-47.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 27/05/2019, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e § 1.º, e 35, *caput*, ambos da Lei n.º 11.343/2006, em razão da apreensão de dois tijolos de maconha, com peso de 195,31g (cento e noventa e cinco gramas). A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 37):

*"Habeas Corpus. Tráfico de drogas e associação para o tráfico. Alegação de ausência dos requisitos da prisão preventiva. Pleito objetivando a liberdade provisória. Impossibilidade. Presença dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Conquanto seja possível a concessão da liberdade provisória aos delitos em apreço, in casu, o paciente possui diversos registros criminais, respondendo por delitos semelhantes, além de ser reincidente. Mantidas as razões da custódia cautelar. Ordem denegada, com recomendação."*

Neste *writ*, alega a Defesa que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Sustenta que foi concedida liberdade provisória a dois corréus, de forma que deve ser estendido o benefício ao Paciente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 55-57.

Foram prestadas informações às fls. 61-66.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 70-74, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório. Decido.

Em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de origem, constatei que o Juízo de primeira instância, em 04/02/2020, absolveu o Paciente quanto ao crime de associação para o tráfico e desclassificou a conduta do art. 33, *caput*, da Lei de Drogas, para o art. 28 de referida Lei, aplicando-lhe a pena de advertência sobre os efeitos das drogas. Foi expedido alvará de soltura em seu favor.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, **JULGO PREJUDICADO** o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora